



## Carlos Alberto Leite

Graduado em Direito (UERJ), Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos (UFRJ), atualmente, doutorando em Estudos Estratégicos de Defesa e Segurança (UFF), e autor do livro: Direito Internacional dos Refugiados e Políticas Públicas no Rio de Janeiro (2020).

## OS CONTORNOS EPISTEMOLÓGICOS DA CULTURA ESTRATÉGICA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA THE EPISTEMOLOGICAL CONTOURS OF STRATEGIC CULTURE: A COMPARATIVE APPROACH

**RESUMO:** O presente artigo tem como base o conceito de cultura estratégica proposto por Snyder em 1977. A partir de sua visão, vários autores vêm contribuindo para a compreensão e sobretudo para o alargamento das bases interpretativas da cultura estratégica. Os objetivos aspiram a identificar as várias abordagens conceituais da cultura estratégica e apresentar, sumariamente, em perspectiva comparada, a cultura estratégica de China, Estados Unidos da América (EUA), um grupo de países nórdicos, República Federal da Alemanha (RFA) e Brasil, mesmo em breves linhas gerais, dada a complexidade da temática e suas implicações conceituais, portanto, inviável de esgotar-se neste espaço de reflexão. A metodologia se ampara em uma pesquisa teórica com abordagem qualitativa, pesquisas exploratória e explicativa, quanto aos procedimentos técnicos se utilizou uma pesquisa bibliográfica, com aplicação do método comparativo. Os resultados apontam para a inconcretude de um único conceito que amarre objetivamente o campo teórico da cultura estratégica. As conclusões apontam para o fato de que a cultura estratégica brasileira *vis-à-vis* as demais Unidades Políticas ainda é uma grande incógnita.

**Palavras-chave:** Cultura Estratégica; Perspectiva Comparada; Questões Pendentes.

**ABSTRACT:** This article is based on the concept of strategic culture proposed by Snyder in 1977. Based on his vision, several authors have contributed to the understanding and above all the broadening of the interpretative bases of strategic culture. The objectives aim to identify the various conceptual approaches to strategic culture and briefly present, in a comparative perspective, the strategic culture of China, the United States of America (USA), a group of Nordic countries, Federal Republic of Germany (RFA) and Brazil, even in brief general lines, given the complexity of the theme and its conceptual implications, therefore, it is not feasible to be exhausted in this space for reflection. The methodology is based on a theoretical research with a qualitative approach, exploratory and explanatory research, as for the technical procedures, a bibliographical research was used, with the application of the comparative method. The results point to the inconsistency of a single concept that objectively binds the theoretical field of strategic culture. The conclusions point to the fact that the Brazilian strategic culture *vis-à-vis* the other Political Units is still a great unknown.

**Keywords:** Strategic Culture; Comparative Perspective; Outstanding Issues.



## 1 Introdução

*Ab initio*, impende destacar que os Estudos Estratégicos se referem aos fenômenos relativos à Defesa Nacional e à Segurança Internacional, desse modo, exigem conhecimentos interdependentes os quais não podem, a não ser analiticamente falando, ser discutidos e teorizados sem que um lado não dialogue com o outro, portanto, há um leque de temas que dão substância e reforçam o campo teórico dos estudos estratégicos, leiam-se: a Defesa Nacional e a Segurança Internacional (FIGUEIREDO, 2015).

Nesse rumo, a Defesa Nacional totaliza 47 (quarenta e sete) temas e a Segurança Internacional compreende 24 (vinte e quatro) temáticas<sup>1</sup>, dos quais se identifica a *Cultura Estratégica* – objeto de reflexão deste breve ensaio – que, pela essência do seu campo epistemológico, se ampara nos dois eixos dos estudos estratégicos: Defesa Nacional e Segurança Internacional.

Snyder em 1977 foi o pioneiro que internalizou a temática da Cultura Estratégica nos Estudos Estratégicos em um período histórico em que as principais potências da guerra fria – Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – se digladiavam entre si em busca da hegemonia do poder atômico, com rebatimentos para o mundo, quer dizer, de um lado se apresentavam forças e Unidades Políticas a favor dos EUA, no outro polo se encontravam aparatos militares em movimentos harmonizados com Moscou.

A partir de então surgiram visões acadêmicas que agregaram conceitos, tipologias à conceituação primária proposta por Snyder, portanto, nomes como Lantis, Howlett, Luttwak, Scobell, Johnston, Lock, entre outros, foram convergindo à temática da cultura estratégica.

Será analisada, *en passant*, a cultura estratégica de: China, EUA, um grupo de países nórdicos, República Federal da Alemanha e Brasil no sentido de comparar a cultura estratégica brasileira *vis-à-vis* às demais.

Portanto, a base do artigo seguirá a seguinte estrutura: gênese da cultura estratégica; cultura estratégica comparada; questões pendentes e considerações finais.

## 2 A Gênese da Cultura Estratégica

Com base nos parâmetros conceituais dos tratados de guerra de Tucídides, de Sun Tzu, de Maquiavel e de Clausewitz, para Lantis (2006), a ideia de cultura estratégica evoluiu de um

---

<sup>1</sup>Ver Quadros 1 e 2, Cf. Figueiredo (2015).

*locus* centrado na fenomenologia da guerra à análise dos fatores culturais e psicossociológicos na estruturação e organização de objetivos estratégicos de defesa para o estudo dos valores e padrões securitários da comunidade total de um ente estatal e para a compreensão do papel de uma cultura nos processos de concepção e execução de uma política externa.

Nesse caminho, o papel da cultura nos processos decisórios das organizações no que diz respeito à Defesa, Segurança e Política Externa, ganha visibilidade na esfera dos Estudos Estratégicos, com base no conceito de cultura estratégica. Na realidade, visa-se a compreender em que dimensão os interesses nacionais na condução de objetivos do poder sofrem influência por ação dos fatores socioculturais, imbricados com fatores geo-históricos, geoestratégicos, e com elementos da cultura política de um Estado Nacional, em contraposição ao fato de que os princípios da estratégia são absolutos e universais (ROMANA, 2016).

Na obra *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Almond e Verba (1963) estudaram as atitudes individuais e coletivas sobre os sistemas políticos e particularidades político-ideológicas dos Estados e suas comunidades, disso resulta que os valores culturais podem condicionar a atividade dos cidadãos, com implicações na estabilidade e funcionamento dos sistemas políticos. A forma como os poderes políticos conduzem a ação estratégica externa e o uso da força traduz em grande medida a complexidade da cultura política (MEIRINHO, 2010).

Snyder introduz no *mainstream* dos estudos estratégicos o conceito de cultura estratégica, desse modo, no seu relatório *The Soviet Strategic Culture: Implications for limited nuclear operations* a cultura estratégica

pode ser definida como a soma total de ideias, respostas emocionais condicionadas e padrões de comportamento habitual que os membros de uma comunidade estratégica nacional adquiriram por meio de instrução ou imitação e compartilham entre si no que diz respeito à estratégia nuclear (SNYDER, 1977, p. 8)<sup>2</sup>.

O conceito de Snyder, calcado nesse *somatório de ideias, percepções e crenças* que guiam e circunscrevem o pensamento sobre questões estratégicas nacionais, influencia o modo como estas questões são formuladas e articulam o vocabulário e os parâmetros perceptuais do debate estratégico (MARQUES, 2007).

Portanto, a cultura estratégica contempla os valores, símbolos e padrões culturais que modelam a posição dos povos, e em especial das suas elites, em relação à defesa e à forma

---

<sup>2</sup>Versão original: “can be defined as the sum total of ideas, conditioned emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of a national strategic community have acquired through instruction or imitation and share with each other with regard to nuclear strategy”.

como é garantida a segurança nacional: instrumentos adotados, mobilização da sociedade, posição do Estado na hierarquia da ordem internacional e capacidades de afirmação de uma estratégia nacional (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Snyder (1977 apud LANTIS; HOWLETT, 2007) argumenta que o pensamento e o comportamento estratégico soviético têm origem em uma cultura específica, dado que a teoria da escolha racional<sup>3</sup> é insuficiente a explicar o processo de tomada de decisão da liderança russa. Conclui que os decisores soviéticos não são *estrategos*, mas burocratas que tomam decisões em um quadro organizacional impregnado por fatores culturais idiossincráticos, não possuindo os mesmos códigos dos *estrategos* norte-americanos. O autor propõe que o planejamento estratégico dos EUA face à URSS incluía a avaliação dos fatores culturais na tomada de decisão dos militares russos.

Nesse sentido, Snyder trouxe o argumento da cultura política para os estudos de segurança modernos para desenvolver uma teoria de cultura estratégica a interpretar a estratégia militar soviética. Mas o fato é que estudiosos argumentaram que estilos nacionais, com ‘raízes profundas em um fluxo particular de experiência histórica’, caracterizaram a formulação de estratégias nucleares em países como os EUA e a extinta URSS durante a Guerra Fria.

Para Romana (2016), o conceito de cultura estratégica é tributário dos estudos sobre cultura nacional e da análise sobre os processos de tomada de decisão estratégica aplicados à cenarização de segurança e defesa, que, finda a Segunda Guerra Mundial, ganharam peso com as formulações teóricas dos cientistas sociais.

Johnston (1995) procedeu a uma revisão teórica dos estudiosos da cultura estratégica e classificou-os em “três gerações”: a primeira, com Jack Snyder; a segunda, *exempli gratia*, com Bradley Klein<sup>4</sup>; e a terceira, na qual Johnston se inclui, testou o conceito com rigor metodológico, tratando a cultura estratégica como variável independente e o comportamento como variável dependente. Ele entende a cultura estratégica como um sistema de símbolos que compreende duas partes: a primeira diz respeito à atitude dos povos face à guerra, à identificação da natureza do adversário e às características da ameaça que ele coloca; a segunda parte se refere à influência que a cultura tem nas opções estratégicas: ofensivas ou

<sup>3</sup>Cf. Ward (2002) surge entre as décadas de 1950 e 1960 nos EUA a analisar o comportamento dos indivíduos a partir de métodos empíricos. A escolha racional parte do pressuposto básico que as pessoas têm auto-interesses. A abordagem visa a explicar os motivos que levam indivíduos a tomarem determinadas ações.

<sup>4</sup>Surgiu em meados da década de 1980 e diferenciou cultura estratégica e comportamento, bem como o que os líderes pensam ou dizem o que estão fazendo (doutrina declarativa) e os motivos mais profundos para o que na realidade fazem (doutrina secreta).

defensivas.

Mas enquanto as escolas de primeira e terceira geração argumentam sobre o como – ou se – a cultura influencia a ação, a escola de segunda geração centra-se na forma como a cultura estratégica é produzida. O seu enfoque é a análise das disjunções entre o discurso estratégico – cultural, as doutrinas operacionais e as ações dos Estados e como o discurso das elites é empregado a criar, moldar e reforçar a doutrina (LOCK, 2010).

Independente do debate contido nas três escolas geracionais, Booth (1990, p. 121) vê a cultura estratégica como “o conjunto das tradições, valores, atitudes, padrões de comportamento, hábitos, símbolos, êxitos e métodos nacionais de adaptação [...] e de resolução de problemas”, no que diz respeito à decisão política de ameaça de emprego da força ou do seu uso efetivo, ou seja, representa “o âmago da identidade e da auto-imagem nacional” (Kupchan, 1994, p. 5-6). Já Black (2012) a entende como um *conjunto de atitudes, crenças e comportamentos* que influenciam a política de poder de um país.

A controvérsia é que o modelo de estudo empírico produzido por Iver Neumann e Henrikki Heikka (2005) aponta erros na utilização da metáfora das *gerações* de Johnston, como a epistemologia positivista na qual se baseavam a primeira e a terceira gerações, e a falta de especificidade da segunda geração. Concluíram que precisavam de um conceito de cultura que viabilizasse a análise de problemas específicos, assim, a mudança conceitual proposta para o conceito de cultura foi seguir a teoria da prática e conceituar a cultura como dinâmica interação entre discurso e prática. Eles propuseram uma definição de cultura estratégica como uma interconexão dinâmica entre a Grande Estratégia e a prática (as doutrinas militares, as relações entre civis e militares e a aquisição de armamentos).

Nessas balizas, a Grande Estratégia resulta da confluência da interação militar (dimensão vertical) com fatores exógenos (dimensão horizontal) relacionados com o jogo da política internacional, de modo que tem como pano de fundo um conceito estratégico nacional que abarca três dimensões: ontológica (memória estratégica e pensamento estratégico); sistêmica-funcional (cultura política, cultura geopolítica e cultura estratégica); e operativa (comunicação estratégica, discurso estratégico e processo de tomada de decisão, política externa, segurança e defesa) (LUTTWAK, 1987).

Johnston (1995 apud SCOBELL, 2004) sublinha que a cultura estratégica é o conjunto de comportamentos que emanam de experiências comuns e das narrativas que modelam a identidade coletiva e as relações com outros povos, cujos comportamentos determinam os fins apropriados para atingimento dos objetivos de segurança.

Nesse rumo, a cultura de um povo se conecta diretamente com a sua identidade – o conjunto de significados que os atores atribuem a si próprios em relação aos outros. O *modus vivendi* – pensar, fazer, comportar-se – imbrica-se com a *cultura* e a *identidade*, portanto, tem relevo nos estudos de estratégia e de segurança. O papel da cultura e identidade, como componentes básicos nos estudos internacionais, tem sido percebido com frequência por teóricos que se debruçam sobre a cultura estratégica (JOHNSTON, 1995; BOOTH, 1979).

Para Gray (2013, p. 89), “a cultura estratégica é o somatório das ideias e comportamentos, incontornável para qualquer um de nós, pois todos somos culturalmente educados e programados”. Para o autor, ela tem como raízes (fatores de primeira ordem) a geografia e a experiência histórica; como formas (fatores de segunda ordem) os conceitos, os recursos empregados e os comportamentos (costumes); e como manifestações (fatores de terceira ordem) os impactos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e militares.

Coutau-Bégarie (2010) assevera que existe um consenso sobre a influência da geografia e da história como fatores constituintes da cultura estratégica, porém, combinando-se esses fatores. No tocante à influência da história, esta deve ser entendida de duas formas: *lato sensu* (história da sociedade em geral); e em *stricto sensu* (história militar).

Ou seja, a cultura estratégica como produto de uma situação geográfica ou geopolítica representa uma faceta verdadeira, pois, ao contrário, suas vulnerabilidades condicionariam, mais do que qualquer outro fator, sua história, em particular a história militar, portanto, a influência da geografia deve ser entrelaçada com a da História.

A cultura contribui a determinar, mas não é por si só determinante da cultura estratégica. Ainda que influenciadora, a cultura não deve ser vista como determinante no processo de tomada de decisão estratégica, não é um paradigma explicativo e imutável aplicável ao comportamento de todos os Estados, tal como a tradição não o é da realidade. Não obstante, quando a noção de cultura é associada a conceitos como estratégia ou doutrina, identificam-se técnicas comuns como o estratagema, tornando-se crucial compreender a forma como a cultura é produzida e pode influenciar o processo decisório de natureza estratégica (GRAY, 2013).

No plano estatal vigem três níveis que se articulam na projeção da cultura estratégica: os elementos básicos gestados a partir de variáveis geográficas, étnico-culturais, e históricas; as características socioeconômicas e a sua estrutura política; e a natureza contemporânea da interação entre as instituições políticas e militares (Jones, 1990), de modo que a cultura estratégica deve ser vista como um *bolo de três camadas* – na base a cultura política, no meio



a cultura estratégica, e no topo a cultura de relacionamento institucional entre civis e militares, mas que os Estados poderão apresentar distintas culturas estratégicas (SCOBELL, 2003).

Em outra perspectiva há três dimensões: macro, formado pela geografia, características etnoculturais e história; intermediário, constituído pelas estruturas políticas, econômicas e sociais; e micro, formado pela missão da instituição militar e pelas relações da sociedade civil com a instituição castrense, isto é, a mobilização da sociedade à volta de valores nacionais e de soberania (JONES, 1990).

Portanto, percebe-se que não vigora um consenso universal sobre um conceito e entendimento da importância da cultura estratégica na caracterização da ação estratégica dos Estados, no entanto, considerar-se-á como uma relação dialética entre história, geografia, tecnologia, sistema e prática, e o fato de que a ignorância cultural e o desprezo pela estratégia possam auferir reflexos desastrosos (GRAY, 2013).

Por outro lado, para Romana, o conceito analítico de cultura estratégica somente é operativo caso demonstre sua utilidade

como um elemento enformador de um '*strategic behaviour*'; i.e. a existência de um modelo ideal de cultura estratégica necessita de ser testado, estabelecendo a ligação entre símbolos e as atitudes nacionais e a mobilização coletiva à volta da concretização dos objetivos estratégicos nacionais (ROMANA, 2013, p. 45).

Gray (2016)<sup>5</sup> considera seis pontos gerais que contribuem para o avanço do entendimento da cultura estratégica: o comportamento estratégico não pode estar além da cultura; a adversidade não pode cancelar a cultura; ela é um guia de ação; expressa vantagem comparativa; pode ser disfuncional; e culturas estratégicas podem ser categorizadas de forma variada.

Dito isso, as fontes da cultura estratégica são: geografia, clima, recursos, história e experiência, estrutura política, a natureza das organizações envolvidas na defesa, mitos e símbolos, textos-chave que informam os atores sobre a ação estratégica apropriada e normas transnacionais, mudança geracional e o papel da tecnologia.

Na década de 1990, a influência do construtivismo<sup>6</sup> despertou um interesse renovado em aprofundar o trabalho teórico sobre cultura estratégica. Alguns escritores buscaram produzir uma estrutura teórica que suplantasse o neorealismo, mas o programa de pesquisa

---

<sup>5</sup>Ver p.188 e seguintes.

<sup>6</sup>A teoria construtivista das RI surgiu no final da década de 80, desenvolveu-se nos debates das ciências sociais sobre o papel das ideias e valores nos estudos dos eventos sociais. O foco é que não se vive em um mundo estático, portanto, os agentes podem mudá-lo na medida em que o mundo é socialmente construído.

construtivista dedica atenção especial à identificação da formação resultante de processos organizacionais, história, tradição e cultura (LANTIS; HOWLETT, 2007).

A escola construtivista emerge como a teoria que dá coerência à operacionalização do conceito de cultura estratégica, incidindo a sua tese no impacto das ideias, da linguagem, do discurso social e da cultura na determinação da forma como os Estados, ou certos indivíduos e elites, definem os interesses e as identidades dos seus Estados na condução da Política Externa (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003).

Gerações de estudos têm procurado produzir maior compreensão da relação entre cultura e comportamento do Estado. Os estudos culturais estratégicos forneceram descrições ricas de culturas e identidades específicas e os pesquisadores reconheceram ligações importantes entre os diferentes determinantes da ‘política estratégica’. Os estudos também receberam o aporte teórico de outras disciplinas, como antropologia, história, sociologia e psicologia. Além disso, influenciados pelo construtivismo, os estudiosos exploraram as formas como a cultura estratégica é moldada e pode evoluir com o tempo. Como resultado, a produção científica sobre cultura oferece mais do que uma explicação de último recurso (LANTIS; HOWLETT, 2007).

As áreas que merecem mais atenção incluem o desenvolvimento de uma definição comum de cultura estratégica criada, mantida e transmitida às novas gerações; a questão da universalidade da cultura estratégica; e o refinamento das ligações entre as várias fontes de ‘política estratégica’. Mas o fato é que os teóricos visaram a encontrar uma definição comum, assim, dadas décadas de estudos sobre determinantes culturais, poder-se-ia supor que a cultura estratégica se tornou uma variável independente aceita nas análises do comportamento do Estado: mas não o foi. A definição de Snyder de cultura estratégica deu o rumo para décadas de pesquisa. Hoje os estudiosos admitem que há culturas estratégicas distintas, porém as definições ainda confundem a linha entre formação de preferências, valores e comportamentos de estado. O construtivismo impulsionou o trabalho sobre cultura estratégica, no entanto, a busca por uma definição comum permanece indefinida (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Apesar de críticas, o trabalho de Johnston ofereceu um meio a desenvolver um programa de pesquisa progressiva sobre cultura estratégica, caracterizando-o como um meio ideacional que limita as escolhas de comportamento. Ele enquadra a cultura estratégica como suposições compartilhadas e regras de decisão que positivam ordem nas concepções individuais e de grupo de sua relação com seu ambiente socio-organizacional ou mesmo



político. Embora percebeu que subculturas estratégicas poderiam existir, também considerou que vigora uma cultura normalmente dominante cujos detentores estão interessados em preservar o *status quo* (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Os últimos trabalhos sobre cultura estratégica focam mais na conceituação de variáveis independentes, como princípios culturais estratégicos, e variáveis dependentes em decisões específicas de política de segurança (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Identificar a cultura estratégica como um conjunto de premissas e regras de decisão compartilhadas levanta a questão de como elas são mantidas e por quem. A maioria dos estudiosos prefere descrições de culturas políticas e estratégicas como “propriedade de coletividades, em vez de simplesmente dos indivíduos que as constituem” (Duffied, 1999 apud LANTIS; HOWLETT, 2007). Caso a cultura política se manifeste em dimensões cognitivas, avaliativas e expressivas, é concebível que os atores que carregam esses valores possam ser identificados. Mas vários líderes políticos e instituições focam na interpretação histórica e no desenvolvimento do caminho da política externa. Isso estimula a coalizão e os esforços de construção de consenso por parte de atores políticos específicos (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Por seu turno, as elites costumam ser as provedoras da narrativa histórica comum. A maioria dos estudiosos concorda que as elites são fundamentais na definição dos objetivos da política externa e no escopo e direção da reestruturação da política *vis-à-vis* a novos desafios. Da mesma forma, há uma visão de que as elites são cognitivamente predispostas a manter o *status quo*. Mas o trabalho de Berger (1998) sobre o discurso político sugere que a cultura estratégica é mais bem caracterizada como uma “realidade negociada” entre as elites. Os líderes respeitam convicções profundamente arraigadas, como multilateralismo e responsabilidade histórica, mas o passado de muitos países aponta que os líderes escolheram quando e onde ignorar reivindicações de tradições culturais estratégicas; eles decidiam quando e onde ir conscientemente além dos limites anteriores de aceitabilidade no comportamento estratégico. Os estudos contemporâneos pontuam que o comportamento da elite pode ser mais consistente com a afirmação de que os líderes são “usuários estratégicos da cultura” que “redefinem os limites do possível” nos principais discursos de política externa e de segurança (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Brecher (s. d. apud BRIGHI, 2008), no processo de elaboração da política externa, considera os fatores culturais como interface entre o ambiente psicológico e a formulação da decisão com efeito. Atualmente, é assumido nos estudos sobre a tomada de decisão em

política externa que o comportamento dos autores e agentes da política externa é fortemente influenciado por valores e padrões culturais que, tal qual em relação à percepção das questões de defesa e de segurança, comportam elementos ontológicos estruturantes de uma “identidade estratégica”, isto é, de uma leitura e de um posicionamento dos interesses e objetivos nacionais na ordem externa que assenta nos pilares de uma cultura estratégica.

Portanto, a cultura estratégica tornou-se fulcral como instrumento analítico nas seguintes áreas: tomada de decisão política, segurança e defesa, geopolítica e geoestratégia, *intelligence* estratégica e da cultura organizacional (ROMANA, 2016).

### 3 Cultura Estratégica Comparada

#### 3.1 República Popular da China (RPC)

A cultura desempenha um papel importante na formação do comportamento estratégico na China. Os estudiosos identificaram duas vertentes dominantes da cultura estratégica chinesa hoje – o focado na *realpolitik* e a vertente confucionista-menenciana, uma orientação filosófica empregada para o discurso idealizado. Scobell (2004) pondera que essas duas vertentes são interligadas a formar um *culto chinês da defesa*. Os líderes chineses enfatizam constantemente o compromisso da China com o confucionismo ao afirmar que a paz é preciosa e concluem que a China nunca foi um estado agressivo ou expansionista. Johnston (1995 apud LANTIS; HOWLETT, 2007) considera como uma visão de mundo de superioridade relativamente complacente.

A afirmação de que a China persegue uma cultura estratégica puramente defensiva tem estado sob ataque interno, dada a dinâmica de segurança contemporânea, porém, Scobell (2002 apud LANTIS; HOWLETT, 2007) conclui que os líderes chineses presumem que qualquer guerra e ação militar defensiva que eles travem são justas, *mesmo quando são ofensivas por natureza*.

Zhang Tiejun (s. d. apud CARRIÇO, 2016, n. p.) realça que a cultura estratégica chinesa sempre teve como objetivo ao longo de mais de dois milênios “a defesa do *heartland* econômico, político, social e cultural da China”. Para os estrategistas militares, a cultura estratégica militar tem quatro pilares: defesa da integridade territorial nacional; exploração da ‘propensão das coisas’ a alcançar os objetivos; a guerra como processo científico, na qual a vitória pode ser alcançada antecipada e totalmente, com o menor dos custos possíveis; e por meio do segredo e recurso como estratagemas é crível vencer um adversário mais poderoso.

Nessa visão, entende-se que a cultura estratégica chinesa se caracteriza por um caminho de passado, presente e futuro, pois eles sabem o que querem, independentemente de quaisquer óbices, o que, em certo sentido, dissolve a retórica pacifista, uma vez que admitem a vitória, portanto, a possibilidade de travar batalhas, se assim for necessário, e no momento certo, quando tiverem a envergadura para tal desiderato.

Como corolário, é crível admitir que a cultura estratégica chinesa tenha natureza de longo prazo, haja vista que nos anos 70 do século XX a China procedeu a um processo de recuperação econômica motivado por um conjunto de mudanças promovido em 1976, como pontuam Nolan e Ash (1995), o que resultou na segunda maior potência do século XXI, portanto, reflexo de sua persistente cultura estratégica prospectiva.

### **3.2 Estados Unidos da América (EUA)**

Os EUA têm uma cultura estratégica caracterizada por uma ausência de pensamento estratégico estruturado, fruto da crença de que as *boas causas* podem triunfar, bem como a América só luta por princípios, portanto, a ilusão da onipotência e a capacidade a mobilizar aliados em torno das grandes causas não estimulam a evolução de uma visão de longo prazo no sentido de conceber a guerra para objetivos distantes (GRAY, 1986).

Desse modo, os EUA são melhores no planejamento da guerra do que na Estratégia (GRAY, 1986).

Outra faceta da cultura estratégica americana corresponde ao fato de que seus líderes enxergam os conflitos armados dos quais participam como cruzadas contra o mal, portanto, vigora um *Ethos* que configura a sua cultura estratégica em oposição, por exemplo, ao Cronos chinês (MAHNKEN, 2006).

Para Lantis e Howlett (2007), vários princípios básicos definiram a cultura estratégica dos EUA durante a Guerra Fria, incluindo a liderança americana na Aliança Ocidental (OTAN), com preferência pela ação multilateral, dissuasão nuclear e uma crença compartilhada na utilidade da força militar para atingir os objetivos de segurança. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos EUA e a declaração de guerra ao terrorismo do governo Bush foram uma conversão fulcral na cultura estratégica. Novas orientações da cultura estratégica incluem uma reafirmação positiva do domínio americano nos assuntos de segurança internacional, com prioridade na segurança interna, uma nova doutrina de prevenção que inclui a disposição para o uso da força militar no sentido de alcançar os objetivos de segurança e uma preferência por ação unilateral a mitigar as restrições externas

ao comportamento americano.

Apesar dessa metamorfose, as novas orientações da cultura estratégica demonstraram a continuidade no apoio americano à democracia e à liberdade (Lantis, 2005 apud LANTIS; HOWLETT, 2007). Mas para Pecequilo:

*Desde os primeiros dias da República, os Estados Unidos têm buscado o seu lugar no mundo, amparados por muitas tradições e princípios que nasceram no século XVIII e que definem seu perfil como nação. Embora renovados e revisados em diferentes contextos, estes elementos, como a crença no poder do experimento liberal democrático, o sentido de missão e destino, [...] e o excepcionalismo dos interesses e escolhas americanas e sua relação com a estabilidade e prosperidade da ordem global, são relativamente os mesmos, ajudando o país a estabelecer suas prioridades no sistema internacional e em seu próprio continente (1999, resumo, grifo nosso).*

À vista do exposto, pode-se considerar que as bases da cultura estratégica americana advêm de sua fundação como Estado e Nação, portanto, em um horizonte de longo prazo.

### **3.3 Região Nórdica: Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega**

As culturas estratégicas de Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia sofreram influência da proximidade com as grandes potências durante a Guerra Fria (e nas eras anteriores). Análises da Suécia e Dinamarca evidenciam duas formas de cultura estratégica. No caso da Suécia, o primeiro formato enfatiza forças militares profissionais e tecnologicamente avançadas, enquanto o segundo gira em torno de noções de um exército popular baseado no recrutamento e envolvimento democrático dos cidadãos (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Portanto, o primeiro modelo sueco é incompatível com o adotado pelo Brasil na medida em que faltam o profissionalismo completo à base de um Serviço Militar Profissional e uma condição tecnológica de países de primeiro mundo, no entanto, o segundo modelo encontra semelhanças no brasileiro, porquanto da obrigatoriedade do Serviço Militar.

No que diz respeito à Dinamarca, as duas formas são: *cosmopolitismo* e *defensismo*, o primeiro enfatiza a neutralidade, os meios alternativos não militares de resolução de conflitos e a importância das instituições internacionais: a antiga Liga das Nações e as Nações Unidas (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Desse modo, vigora uma convergência com o modelo de cultura estratégica adotado pelo Brasil, pois o artigo 4º da CF pontua: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] IV – não-intervenção; [...] VII –

solução pacífica dos conflitos; [...]” (BRASIL, 1988, n. p.), ou seja, o princípio da não intervenção proíbe o Estado de imiscuir-se no funcionamento de Poderes Públicos estrangeiros, portanto, identifica-se o respeito às competências nacionais exclusivas, não admitindo interferência nos assuntos internos de outros países (BASTOS; MARTINS, 2001).

Por sua vez, o princípio da solução pacífica dos conflitos está positivado no Preâmbulo da Constituição de 1988:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar [...] uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, [...], *com a solução pacífica das controvérsias* [...] (BRASIL, 1988, n. p., grifo nosso).

Portanto, a menção ao Preâmbulo da Carta Federal se traduz em um indicador da importância que a sociedade consagra à solução pacífica das controvérsias na ordem internacional.

De igual modo, em contraste, o defensismo enfatiza a importância da preparação militar à luz do provérbio romano – “Se queres a paz, prepara-te para a guerra” – e da importância das organizações militares regionais, como a OTAN, na defesa e na dissuasão (Graeger; Leira, 2005; Heikka, 2005 apud LANTIS; HOWLETT, 2007).

Nesses contornos analíticos, com os poucos meios para defesa de que o Brasil dispõe, à proporção que o aporte de recursos do PIB à Defesa Nacional gira apenas em torno de 1,5%, não se pode considerar que o País se enquadra *in totum* nesse modelo, pois não vige a preparação completa à guerra, até pelo sistema de conscrição obrigatória e não no modelo profissional.

### **3.4 República Federal da Alemanha (RFA)**

A cultura estratégica alemã é fruto das circunstâncias geopolíticas e da memória histórica. Uma narrativa histórica profundamente arraigada na Alemanha Ocidental agregou atitudes pacifistas e antimilitaristas com um sentimento de culpa de guerra. Esses valores foram interiorizados às instituições políticas e ao discurso da elite durante a Guerra Fria, mas, com a queda do Muro de Berlim, a unificação alemã e o colapso da URSS, os líderes ponderaram a relutância em considerar o uso da força militar. O debate acadêmico centrou-se nas implicações da *normalização* da política externa e da segurança alemã na década de 1990, enquanto o discurso político mudou a ênfase das restrições constitucionais às responsabilidades de ação (Lantis; Howlett, 2007). Embora, atualmente, a Alemanha continua sendo uma potência disposta a considerar o uso da força em operações multilaterais

endossadas pela comunidade internacional (Lantis, 2002 apud LANTIS; HOWLETT, 2007).

Entretanto, no dia 9 de junho de 2021, foi publicado o livro *The Responsibility to Defend: Rethinking Germany's Strategic Culture* de Giegerich e Terhalle, que trata da análise atual da cultura estratégica alemã. Os autores argumentam que a cultura estratégica vigente é inadequada, pois informa uma política de segurança que não atende aos desafios estratégicos contemporâneos, de modo que põe em perigo os aliados europeus de Berlim, a ordem ocidental e a própria Alemanha. Eles concluem:

A Alemanha deve abraçar sua responsabilidade histórica de defender os valores liberais ocidentais e a ordem ocidental que os sustenta. *Em vez de rejeitar o uso da força militar, a Alemanha deveria casar seu compromisso com os valores liberais a uma compreensão do papel do poder – incluindo o poder militar – nos assuntos internacionais* (GIEGERICH; TERHALLE, 2021, p. 24, grifo nosso)<sup>7</sup>.

Os pontos importantes sobre as críticas da atual cultura estratégica se assentam nas seguintes preocupações<sup>8</sup>:

[...], em nível social, *uma proporção notável do discurso atual da Alemanha sobre a política de segurança*, especialmente no domínio público, *permanece caracterizada por uma falta de seriedade fundamental* (GIEGERICH; TERHALLE, 2021, p. 14, grifo nosso).

Portanto, o diagnóstico acima encontra convergência com a realidade brasileira à medida que o “domínio público nacional”, isto é, as elites e a opinião pública não levam a sério a Política de Defesa Nacional, ensejando dificuldades a moldar minimamente uma cultura estratégica *nossa*.

Os autores prosseguem:

[...], Embora muitos alemães possam considerar a abordagem de seu país à política de segurança – *marcada por uma aversão reflexiva à aparente belicosidade* – mais avançada do que a de seus aliados, *uma descrição mais precisa seria “imatura”* (GIEGERICH; TERHALLE, 2021, p. 24, grifo nosso)<sup>9</sup>.

O discurso acima encontra eco com o (sub)pensamento brasileiro na medida em que inexistente um diálogo consistente entre Forças Armadas, Governo e Sociedade – a Trindade

<sup>7</sup>Versão original: *Germany must embrace its historic responsibility to uphold Western liberal values and the Western order that underpins them. Rather than rejecting the use of military force, Germany should marry its commitment to liberal values to an understanding of the role of power – including military power – in international affairs.*

<sup>8</sup>Versão original: [...], *on a societal level a notable proportion of Germany's current discourse about security policy, especially in the public domain, remains characterised by a fundamental unseriousness.*

<sup>9</sup>Versão original: [...], *While many Germans might consider their country's approach to security policy – marked by a reflexive aversion to perceived bellicosity – more advanced than that of their allies, a more accurate description would be “immature”.*

Clausewitziana – sobre as grandes questões estratégicas, portanto, prevalece um enorme vácuo na construção de uma cultura estratégica nacional, mormente na atual conjuntura.

### 3.5 Brasil

*Ab origine*, grosso modo, na América Latina, os Estados nasceram sem grandes capacidades para travar a guerra interestatal, de modo que a guerra contra um *outro muito diferente* nunca teve importância na formação da consciência e do imaginário político das vigas mestras que poderiam conformar as raízes de uma cultura estratégica latino-americana. No caso brasileiro, em linhas gerais, apontam-se dois extremos: por um lado, segundo Cabral (2004) e Costa (2009), simboliza o “Ocidente profundo”, ou seja, o País que representa a utopia da terra sem fronteiras, sem linhas étnicas e religiosas, onde todos vivem na mais profunda liberdade e harmonia, a radicalização da filosofia original da civilização ocidental; no outro polo, conforme Costa, vige a personificação do “Ocidente bárbaro”, com 10% dos homicídios mundiais (em uma população que não chega a 3%), com fraturas sociais que impedem a frutificação do “Ocidente profundo” e inviabiliza a realização do destino do País e a construção de uma cultura estratégica autóctone pacífica e integradora (DA CUNHA; APPEL; DE QUEIROZ, 2019).

Ademais, a relação do país com o mundo e as formas com que o Estado reage a eventos externos foram profundamente moldadas pela história e geografia, nesse ponto, afloram cinco pontos fundamentais à compreensão da formação das percepções das elites brasileiras – percepções deles mesmos, da sua nação e o papel do Estado no mundo:

- i) o Brasil não é totalmente parte da América Latina;
- ii) a dimensão insular e a localização moldaram sua relação com as grandes potências e vizinhos;
- iii) as principais instituições culturais evoluíram tardiamente em comparação com a América espanhola;
- iv) um forte nacionalismo moldou o seu desenvolvimento no século XX; e
- v) uma pujante homogeneidade interna formou a percepção que os nacionais têm de si mesmo (EAKIN, 2014).

No que se refere ao fato de que o Brasil não é integralmente parte da América Latina, justifica-se a narrativa à proporção que em boa parte de quase todo século XIX o Estado brasileiro se enxergava civilizado e influenciado pela cultura europeia de modo a exaltar suas características quando comparado aos anárquicos vizinhos hispano-americanos



(SANTOS, 2004).

Nesse entendimento, no século XX, a introdução de a cultura norte-americana no Brasil deu-se por meio de uma sólida orientação do governo americano, mormente ao considerar-se a parceria entre o Presidente Roosevelt com o milionário Rockefeller, na década de 1940. Assim, a Política da Boa Vizinhança de Roosevelt, com Rockefeller como chefe do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, traduziu-se como instrumento de um plano de americanização (TOTA, 2000).

Portanto, corrobora-se a tese de que o Brasil não se vê como parte integrante da América Latina, uma vez que já no século XIX recebeu fluxos de influência da cultura europeia e, no século seguinte, foi a vez de os EUA injetarem, por concordância nossa, seu *american way of life* no *modus vivendi* brasileiro, notadamente à luz da Doutrina Monroe de 1823.

Como corolário da liderança americana do *soft power* em toda América Latina, particularmente aqui no Brasil, *verbi gratia*, o gigante latino-americano recebeu apoio durante o vinteno revolucionário (1964-1985) e até hoje os EUA mantêm um enorme guarda-chuva que o “protege”, atualmente, da penetração socialista do *Madurismo* e de seu principal aliado na América Latina (Cuba), e, por extensão, dos “longos braços” de Moscou, como ocorreu na recente crise entre Venezuela, com apoio da Rússia, e Brasil, com a proteção dos “braços fortes” dos EUA, em 2019, que poderia tomar outros rumos na América do Sul, com impactos nefastos e indesejáveis para o Brasil<sup>10</sup>.

Portanto, não há uma construção genuína de uma cultura estratégica nacional, posto que o País permanece constantemente refém do grande “parceiro” americano a solucionar seus problemas internos<sup>11</sup>– porque quer, diga-se de passagem –, anulando, por via de consequência, esse provável *somatório de ideias, percepções e crenças* que poderia e deveria guiar o pensamento brasileiro para questões estratégicas, *exempli gratia*: a construção de um sólido e consistente aparato de Defesa Nacional.

Mas como as opções estratégicas, legítimas ou não, variam conforme a cultura estratégica de cada Estado, vigoram aproximações de alguns princípios ou valores complementares entre os principais *stakeholders* nacionais com projeção internacional: o *universalismo e a autonomia* (SENHORAS, 2012).

<sup>10</sup>Ver também: LISSARDY, Gerardo. Crise na Venezuela: “Intervenção militar teria consequências devastadoras”, diz diplomata russo. *BBC News Brasil*. Maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48262309>. Acesso em: 06 set. 2021.

<sup>11</sup>Evidente que há outras causas que se adicionam a essa, passando pela cultura e identidades brasileiras.

O componente estratégico do universalismo retrata o compartilhamento de valores de abertura, pacifismo em relação a outros países e atores, e rejeição a alinhamentos automáticos que comprometam a mudança de ações futuras, consubstanciando os resultados das características plurais de caráter geográfico, étnico e cultural do país que aspira a projetar-se na dimensão de um regional player ou como um global player (Lafer, 2004 apud SENHORAS, 2012).

A autonomia se escora em princípios que visam a construir opções para o atingimento de interesses de um país que se ampara na continentalidade e possibilidades de tornar-se potência, espelhando uma característica de um Estado-Nação, ainda em conformação, que tenta evitar arranjos que possam limitar as alternativas de sua ação futura (Fonseca Jr, 1998; Vigevani; Oliveira, 2005 apud SENHORAS, 2012).

*Ipsa facto*, a construção e sobretudo a aplicação do conceito de cultura estratégica no Estado ainda demandarão muito tempo de maturação que dependerá das forças sociais e políticas, na medida em que a democracia brasileira está em processo de construção que, rotineiramente, sofre pressões de toda natureza de modo a provocar amplitudes sistólicas e diastólicas na política nacional, portanto, mitigando a consolidação do universalismo e autonomia, como o processo de desconstrução a que se assistiu em 2021.

#### **4 Questões pendentes**

Na visão de Lantis e Howlett (2007) persistem problemas contínuos e questões futuras, pois permanecem diferenças na definição da Cultura Estratégica, ademais, identificar a cultura estratégica como um conjunto de premissas e regras de decisão compartilhadas

levanta a questão de como elas são mantidas e por quem. As elites costumam ser as provedoras da narrativa histórica comum, as instituições políticas, incluindo partidos e coalizões domésticas, podem ter um impacto no comportamento da política externa do estado.

Ou seja, embora o conceito de cultura estratégica não agregue a precisão exata do seu lugar no mapa dos Estudos Estratégicos, apesar do seu contributo para um constructo analítico, possui ainda um caráter puramente provisório, tentativo e pragmático (MOREIRA, 2012).

Sob o prisma de continuidade ou mudanças, o foco da maioria dos estudos de cultura estratégica está na continuidade do comportamento do Estado, no entanto, a última geração de estudos culturais aponta para a possibilidade de mudança ao longo do tempo, pois pelo menos dois fatores cruciais podem causar mudança da cultura estratégica: choques externos e

dissonância da cultura estratégica. Por outro prisma, uma das questões mais complexas que permeiam as gerações está relacionada a que tipos de atores têm maior probabilidade de ter culturas estratégicas definidas: estados, organizações regionais, civilizações, e grupos não-estatais, como redes terroristas (LANTIS; HOWLETT, 2007).

Ou seja, destaca-se no século XXI a presença constante de atores não-estatais na moldura de guerras irregulares, portanto, resta saber se esse universo pode ter uma dada cultura estratégica específica a que se referem os autores acima. Acredita-se que é cedo para chegar-se a uma conclusão à medida que esses grupos são representados por mercenários de várias nacionalidades. Ademais, à luz do conceito que Snyder (1977) concede à cultura estratégica, o ponto crucial é saber qual a crença que os grupos não-estatais – à busca de remuneração – têm, exceto a desestabilização do *status quo*.

## 5 Considerações finais

Em que pese o conceito de cultura estratégica ter sido introduzido no debate acadêmico no final dos anos 70 do século XX, ainda persistem lacunas na compreensão do seu campo epistemológico, nesse prumo, demarcam-se os seguintes pontos em uma tentativa de síntese:

i) *Primus*: não há um consenso universal sobre um conceito e entendimento da importância da cultura estratégica na caracterização da ação estratégica dos Estados, no entanto, o pensamento de Snyder é básico para compreensão e tentativas de interpretá-lo, segundo a conveniência e interesses nacionais de cada Estado; e

ii) *Secundus*: a relação dialética entre história, geografia, tecnologia, sistema e prática, proposta por Gray, é um ponto-chave que amplifica a interpretação do entendimento de Snyder.

Na perspectiva comparativa entre as Unidades Políticas escolhidas, têm-se:

i) *Primus*: o pensamento estratégico chinês se escora em um horizonte de longo prazo, portanto, eles sabem o que querem e como alcançá-lo, independente de quaisquer obstáculos que se lhes apresentem pela trajetória de seus povos, ou seja, querem ser o *número 1* como potência global;

ii) *Secundus*: os EUA mantêm a todo custo o *american way of life* com base nos valores da liberdade e democracia, mas, por outro lado, lutam para se manterem no topo, não mais isolados, pois a China é a grande sombra do século XXI que se lhes aproxima e sabem que um dia, possivelmente não mais que 50 anos, a *cultura estratégica chinesa* ultrapassará a

*cultura estratégica americana;*

iii) *Tertius*: as culturas estratégicas de Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia sofreram influência da proximidade com as grandes potências durante a Guerra Fria, cuja dependência as mantém longe dos grandes atritos internacionais até os dias de hoje, portanto, continuam à margem do sistema internacional;

iv) *Quartus*: a RFA sofre críticas em função de sua cultura estratégica não atender mais aos interesses nacionais, portanto, resta saber e acompanhar aonde a Alemanha chegará com o novo modelo de cultura que deverá construir; e

v) *Quintus*: o segundo modelo de cultura estratégica sueco aproxima-se do Brasil à base do recrutamento de suas Forças Militares, enquanto a Dinamarca também exerce aproximações com a cultura estratégica brasileira na medida em que se cerca de opções não bélicas com escopo de evitar conflitos. De qualquer forma, a cultura brasileira é distante das chinesa e americana, e caso a Alemanha acelere o processo de reconstrução de sua cultura, igualmente, distanciar-se-á cada vez mais da cultura brasileira.

*Ad conclusum*, no Brasil ainda vige a personificação do “Ocidente bárbaro” uma vez que persistem dúvidas em descobrir em pleno século XXI qual o “somatório de ideias, percepções e crenças que guiam e circunscrevem o pensamento nacional”, bem como resta saber como e quem manterá a cultura estratégica nacional sob o paradigma de “um conjunto de premissas e regras de decisão compartilhadas”.

## **Referências**

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2001.

BLACK, J. *War and Cultural Turn*. Cambridge: Polity Press, 2012.

BOOTH, Ken. The Concept of Strategic Culture Affirmed. In: JACOBSEN, Carl G. (ed.). *Strategic Power: USA/ USSR*. London: Macmillan, 1990.

BOOTH, Ken. *Strategy and Ethnocentrism*. New York, 1979.

BRIGHI, Elisabetta. Implementation Hill, Christopher and Behaviour. In: SMITH, S. et al. (Coord.) *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 117-136.

CARRIÇO, Alexandre. *A Cultura Estratégica da China: Evolução na Continuidade*. Proelium X (10) (2016), 57-88. Disponível em: file:///C:/Users/FUNCIO~1/AppData/Local/Temp/8914-Texto%20do%20Trabalho-25365-1-10-20160329-1.pdf. Acesso em: 25 jul.2021.

COUTAU – BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Trad. Brigitte Bentolila de Assis Manso et al.. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval (2010).

DA CUNHA, Guilherme Lopes; APPEL, Tiago Nasser; DE QUEIROZ, Fábio Albergaria. Identidade e Cultura Estratégica no Brasil contemporâneo. *Revista Intellector*. Ano XV Volume XVI, Nº 32, Julho/dezembro 2019. Rio de Janeiro.

DOUGHERTY, James; PFALZGRAFF, R. *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.

EAKIN, Marshall C. Espaço, lugar, identidade...e tempo: História, Geografia, e as origens da cultura estratégica brasileira. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia* V. 5, N.1, Janeiro - Julho de 2014.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Estudos estratégicos como área de conhecimento científico. *Rev. Bra. Est. Def.* v. 2, no 2, jul./dez. 2015, p. 107-128. ISSN 2358-3932.

GIEGERICH, Bastian; TERHALLE, Maximilian. *The Responsibility to Defend: Rethinking Germany's Strategic Culture* (2021). Routledge. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-Responsibility-to-Defend-Rethinking-Germanys-Strategic-Culture/Giegerich-Terhalle/p/book/9781032122731#>. Acesso em: 26 jul. 2021.

GRAY, Colin S. (2013). *Perspectives on strategy*. Oxford: Oxford University Press.

GRAY, Colin S. *Modern strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

GRAY, Colin S. *Estratégia Moderna*. Trad. Geraldo Alves Portilho Júnior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

JOHNSTON, Alainstar. *Cultural realism: strategic culture and grand strategy in Chinese history*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

JONES, David. Soviet strategic culture. In: JACOBSEN, Carl G. (ed.). *Strategic power: USA/URRS*. London: S.T. Martin's Press, 1990.

KUPCHAN, Charles (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press.

LANTIS, Jeffrey S. *Strategic Culture: from Clausewitz to constructivism*. USA: Defense Threat Reduction Agency, Oct. 2006.

LANTIS, Jeffrey S; HOWLETT, Darryl. Strategic Culture. In: BAYLIS, John; et al.. *Strategy in the contemporary: an introduction to strategic studies*. 2 nd ed. Oxford: Oxford University Press. 2007. p. 82 - 100.

LISSARDY, Gerardo. Crise na Venezuela: “Intervenção militar teria consequências devastadoras”, diz diplomata russo. *BBC News Brasil*. Maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48262309>. Acesso em: 06 set. 2021.

LOCK, Edward (2010). Refining Strategic Culture: Return of the Second Generation. *Review of International Studies* nº3, pp. 685 –708.

LUTTWAK, Edward N. *Strategy: the logic of war and peace*. London: Harvard University Press, 1987.

MAHNKEN, Thomas G. *Unites States Strategic Culture*. USA: Defense Threat Reduction Agency, nov. 2006.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. 233f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.

MEIRINHO, Manuel. *Cidadania e participação política: temas e perspectivas de análise*. Lisboa: ISCSP, 2010.

MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*. Coimbra: Almedina, 2012.

NEUMANN, Iver B; HEIKKA, Henrikki. Grand Strategy, Strategic Culture, Practice: The Social Roots of Nordic Defence. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic international Studies Association*, v.10, n.1, 2005.

NOLAN, P.; ASH, R. *China's economy on the eve of reform*. The China quarterly, London, n. 144, p. 980-998, Dec. 1995.

PECEQUILO, C. S. *Continuidade ou Mudança: a Política Externa dos Estados Unidos*. Tese

de doutorado apresentada ao FFLCH, USP, São Paulo, 1999.

ROMANA, Heitor. O conceito de cultura estratégica: notas sobre a China. In: LARA, Antônio de Sousa (Coord.) *A Crise e o futuro*. Lisboa: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 2013. p. 43-50.

ROMANA, Heitor Barras. Da cultura estratégica: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 13 – 32, jan/abril 2016.

SANTOS, L. C. V. G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: UNESP, 2004.

SCOBELL, Andrew. *China and strategic culture*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2004.

SCOBELL, Andrew (2003). *China's Military and the Use of Force: Beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.

SENHORAS, Eloi Martins. *Cultura estratégica e projeção brasileira nas relações internacionais*. Federal University of Roraima, Brazil. Jun 2012.

SNYDER, Jack L. (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2005/R2154.pdf>. Acesso: em 14 de jun. 2021.

TOTA, A. P. O. *Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WARD, Hugh. Rational choice. In: MARSH, David; STORKER, Gerry. *Theory and methods in Political Science*. 2. ed. Basingstoke et al.: Palgrave Macmillan, 2002. p. 65-89.

**Recebido em 13 de outubro de 2021.**

**Aceito para publicação em 16 de novembro de 2021.**